



CENÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO DOS CASOS DE SÍFILIS ADQUIRIDA NO ESTADO DO PARÁ ENTRE 2018 E 2021

Beatriz Fernanda Cardoso Sarquis¹; Maria Eduarda Rodrigues Figueredo²; Patrícia
Cristina Sousa de Freitas³; Lucas Araújo Ferreira⁴

¹Graduanda de Biomedicina. Centro Universitário Fibra. Beatrizsarquis@gmail.com

²Graduanda de Biomedicina. Centro Universitário Fibra. Ddrodrigues24@yahoo.com

³Graduanda de Biomedicina. Centro Universitário Fibra. Patysouza1215@gmail.com

⁴Mestre em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários. Universidade Federal do Pará (UFPA).
lucas.parasitologist@gmail.com

RESUMO

Introdução: A Sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema pallidum* e que tem cura. É transmitida pela relação sexual com uma pessoa contaminada sem o uso de preservativo, produtos sanguíneos (agulhas contaminadas na hora de fazer tatuagem ou até mesma no uso de drogas e transfusão com sangue não testado) ou da mãe contaminada para o bebê durante a gravidez. A doença apresenta 3 diferentes estágios, sendo os clássicos Sífilis Primária e Secundária que apresentam a chance de cura. O quadro Terciário é a evolução mais grave da doença, apresentando lesões na pele, nos ossos, cardiovasculares e neurológicas e que podem levar a óbito. **Objetivo:** Descrever a prevalência sócioepidemiológica do número de casos de Sífilis Adquirida no Estado do Pará de 2018 a 2021. **Metodologia:** Os dados epidemiológicos foram obtidos a partir de notificações de casos de Sífilis Adquirida no

Realização
Apoio





estado do Pará, com a faixa etária de 10 a 64 anos, incluídos no banco de dados do Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Os dados quantitativos foram analisados e planilhados com o programa Microsoft Excel 365. As variáveis coletadas foram: Ano de Notificação, Idade, Sexo e Evolução. **Resultados e Discussão:** Obteve-se 9.067 casos para Sífilis Adquirida, onde dos 144 municípios do Pará, 82 municípios tiveram pelo menos um caso ou mais de Sífilis Adquirida, enquanto 62 municípios não apresentaram caso em nenhum destes anos. Destes, o maior ano notificado foi em 2019 com 2.701 casos, seguido de 2018 (2.564), 2020 (2.310) e 2021 (1.492). Foram obtidos os dados onde houve mortes pelo agravo da situação da Infecção. Em 2018 com quatro óbitos pelo agravo da Sífilis e em 2020 com um óbito pelo mesmo motivo. Dos dados, a idade predominante foi entre 20 a 39 anos, apresentando 38,8% de casos nessa faixa etária. Além disso, observou-se a prevalência desta infecção em homens, com 5.371 casos nos quatro anos, enquanto nas mulheres observou-se 3.689 casos. Os achados estão de acordo com a literatura, no qual foi observado que a sífilis adquirida é de notificação compulsória no Brasil desde 2010, conforme a Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017 e se dá pela falta de cuidado na hora das relações sexuais em relação ao uso de preservativos, quanto na hora de prestar atenção aos cuidados básicos de rotina, principalmente em Municípios grandes, podendo ser citado Belém que se obteve o total de 197 casos somando os anos de 2018, 2020 e 2021. **Conclusão:** Por isso, se faz necessário o Ministério da Saúde notificar os cuidados ao se relacionar com outra pessoa, a distribuição de preservativos nos postos de saúde como em 2022, onde o Brasil distribuiu 293,9 milhões de preservativos masculinos e 4,5 milhões de femininos para os 26 estados e os cuidados básicos relacionados à profilaxia da Sífilis Adquirida.

Palavras-chave: Infecção, Sífilis, Adquirida, Preservativo.

Área de Temática do Evento: Bacteriologia.

REFERÊNCIAS:

Realização
Apoio





1. Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação MS/GM nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2017 out 3 citado 2020 out 15;Seção 1:288.
3. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2015.

Realização
Apoio

